**Contribuição da Avante PT ao Diretório Nacional**

08 de dezembro de 2023.

A vitória de Lula em 2002, possibilitou a implementação de mudanças fundamentais no país por meio do estabelecimento de uma nova correlação de forças que permitiu o fortalecimento de políticas de inclusão social e afirmação da soberania nacional que causaram desconforto as elites brasileiras que tramaram o golpe de 2016.

Ao nos aproximarmos do fim do primeiro ano do Governo Lula, podemos dizer que o compromisso com a adoção de medidas que estimulam o crescimento econômico do país aliadas a políticas de promoção da inclusão social e enfrentamento à desigualdade está sendo honrado. Combater a fome, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, enfrentar o legado de destruição da economia, dos recursos naturais e de desmonte do Estado foi a tônica do período.

O projeto neofascista de ruptura institucional do Estado brasileiro e com os códigos legais de defesa dos direitos fundamentais, foi uma tentativa de agravar o cenário de violência contra as populações vulnerabilizadas. Uma tentativa de extermínio da militância por reparação da estrutura escravagista, misógina, racista, eugenista, capacitista, LGBTfóbica e colonial que perpetua em nosso país.

O bolsonarismo, expressão atual da extrema-direita brasileira, é um fenômeno histórico e, ao mesmo tempo, contemporâneo. Fruto das imensas desigualdades e brutalidades da história do Brasil, guardião da casa grande e do chicote da senzala. Do preconceito e conservadorismo de parte dos setores médios urbanos e rurais, desde o império, sócios minoritários das rebarbas da sociedade escravocrata.

O governo bolsonarista que recolocou o país no Mapa da Fome, promoveu feminicídios, amplificou os danos da pandemia e atacou cotidianamente as políticas de enfrentamento às desigualdades, deitou raízes na sociedade. Sua fundamental derrota eleitoral, não significou o fim de um processo de polarização política e divisão social acentuada, nem das tentativas golpistas, como pudemos ver por meses nos acampamentos anti-democráticos, na bomba no aeroporto de Brasília e, notadamente, no dia 08 de janeiro.

Demos uma resposta altiva e barramos à tentativa de Golpe de Estado, agora precisamos responsabilizar seus mentores e operadores, dentre esses, o inelegível Jair Bolsonaro. Precisamos ainda de uma atuação da autoridade civil para colocar as Forças Armadas no terreno que lhe é próprio: o da defesa da soberania nacional, da integridade nacional e da atuação mediante a convocação dos Poderes, lembrando sempre que o chefe supremo das Forças Armadas é o presidente da República.

É necessário um vigoroso processo de desfascistização da sociedade, por meio de um transformador processo educativo, mas também da defesa da democracia e valorização da política à luz da perspectiva de construção do poder popular, não se limitando à formalidade institucional cuja importância não negligenciamos, mas que sempre consideramos insuficiente. Tal como dizemos na formação política do partido, defendemos que nossa força eleitoral seja transformada em força social. Para tanto, é preciso que aprofundemos a participação do povo no processo de tomada de decisão dos rumos do país. Para tanto devemos nos valer de instrumentos constitucionais, como referendos e plebiscitos, possibilitar que a população contribua com a definição do orçamento, democratizar os meios de comunicação, e fortalecer instrumentos alternativos de comunicação com a sociedade que hoje é refém dos oligopólios e das Big Techs.

Precisamos construir instrumentos do poder popular, da participação direta de massas enquanto sujeito ativo no controle das políticas públicas e no controle do próprio Estado que, no regime capitalista, serve, em última instância, aos interesses do capital e para a repressão dos de baixo e, justamente por isso, deve ser mantido sob profundo controle social, direta ou indiretamente.

Consideramos que o Partido dos Trabalhadores deve reconhecer os avanços que estamos construindo, mas ir além das congratulações. Nos cabe refletir coletivamente sobre os desafios colocados em uma conjuntura na qual a extrema-direita segue fortalecida e em que chefiamos o Executivo Federal, mas precisamos lidar com um Congresso Nacional extremamente conservador e antipopular. Precisamos apoiar as iniciativas do nosso governo, sem esquecer que este foi composto a partir de uma Frente Ampla constantemente pressionada pelos deuses do mercado, pela grande imprensa, e pelos mais retrógrados setores da política brasileira amplamente representados no Legislativo Federal.

Em que pese a aprovação da PEC da Transição — fôlego inicial fundamental para o início da reconstrução —, e a revogação do teto de gestos, causa preocupação a lógica que subjaz o regime fiscal sustentável, que mantém elementos da política econômica que represa o crescimento, e uma visão neoliberal de gestão do orçamento público.

Não podemos cair no canto da sereia e aceitar que os direitos sociais fiquem subordinados ao “equilíbrio orçamentário” ditado por tecnocratas. O necessário esforço no sentido da retomada do crescimento com medidas emergenciais que visam reorganizar as contas públicas é louvável, mas deve se irmanar com o reforço à função distributiva do Estado, para ampliar os investimentos, gerar emprego e renda, preservar o patrimônio público e assegurar direitos.

Ao apostar em uma política fiscal dependente do aumento de receita para que gatilhos nocivos ao povo não sejam acionados, muitas dessas que demandam ações legislativas, o governo entrega os ovos aos cuidados da raposa e se coloca em um cenário que vem apresentando dificuldades para ser solucionado.

Após anos de parlamentarismo velado, de um Executivo débil que significou um empoderamento crescente do Legislativo; a insatisfação com a retomada das funções institucionais de governo incomoda, e a sede dos gerentes do “Centrão”, força reacionária e dominante no Congresso, em especial na Câmara dos Deputados, se mostra insaciável. As concessões feitas pelo Executivo têm se mostrado insuficientes e, apesar de comporem o governo, muitos setores seguem sem votar conosco em pautas de interesses ruralistas e postergam a aprovação de matérias centrais para o Executivo. Criam dificuldades para vender facilidades.

Tal cenário exige de nós uma intensa mobilização da sociedade brasileira em defesa dos interesses da maioria do povo. Com uma bancada do governo minoritária e um “Centrão” fortalecido e em busca de recursos, sofremos derrotas em votações como o Marco Temporal e o Marco do Saneamento; não conseguimos votar o PL das Fake News; como uma forma de coação dirigida pelo presidente da Câmara, fomos arrastados até os minutos finais para aprovação da reforma ministerial; e enfrentamos dificuldades em todas as medidas arrecadatória até aqui. Presenciamos agora a indicação de Mendonça Filho, ministro de Temer que criou uma Reforma do Ensino Médio extremamente danosa e aprovada sem qualquer debate público, como relator da proposta de reformulação enviada pelo MEC, verdadeiro escárnio que simboliza bem a natureza da relação entre Executivo e Legislativo.

Mesmo no Senado, onde parecíamos navegar em águas mais tranquilas, vimos a aprovação do Marco Temporal; a apresentação da PEC que criminaliza o porte de todos os tipos de entorpecentes ilícitos e de outra que visa limitar a atuação individual dos ministros do Supremo; a aprovação da draconiana PEC do plasma na CCJC; e a rejeição de uma das indicações de Lula para a chefia da Defensoria Pública da União.

A realidade é que quando os interesses são convergentes, os acordos são possíveis, quando o desgaste político é grande, também, mas, em geral, prevalece o pragmatismo, para usar um termo eufêmico. Para ir além, e realizar as reformas estruturantes que o Brasil necessita, o Governo Lula precisará de força social organizada.

Os desafios são do tamanho do Brasil, e ainda que nos orgulhe saber que o governo que elegemos está realmente transformando a realidade, na condição de tendência interna do Partido dos Trabalhadores, precisamos apontar os problemas, inclusive à luz dos erros do passado, para construirmos soluções coletivas.

# **Eleições 2024**

24 é 13

Após vivenciar duas eleições municipais em condições extremamente adversas: a primeira após o golpe e a segunda no contexto pandêmico e durante o Governo Bolsonaro, o PT tem a chance de se fortalecer e ampliar sua presença em âmbito local. Ao apresentar nossos próprios candidatos e candidatas, poderemos ampliar a defesa do nosso projeto nacional, disputar ideias e afetos, e retomar na prática o modo petista de governar as cidades. Trata-se de ganhar eleições para mudar a vida do povo, mas também de aproveitar essa oportunidade para ampliar nossa capacidade organizativa.

Iniciamos a pequenos passos um processo de renovação que tem nos permitido eleger mais mulheres, negros e negras, indígenas e jovens, esse processo deve ter continuidade e o PT deve se comprometer novamente com essa renovação. As eleições podem cumprir um importante papel ao contribuir com um esforço contínuo de formação de quadros políticos com enraizamento na base, garantindo maior diversidade de vozes no partido e uma maior representatividade das demandas e realidades locais.

Não se trata aqui de qualquer chamado ao hegemonismo, precisamos seguir fortalecendo um núcleo de aliança programática e também realizar alianças táticas com os partidos progressistas e setores de outros partidos comprometidos com a defesa da democracia que tem sido fundamentais para o enfrentamento ao fascismo. Não podemos, contudo, abdicar da possibilidade de utilizar o processo eleitoral, em que as pessoas ficam mais abertas ao debate político, como instrumento de disputa de hegemonia.

A escolha tática do PT deve ser pautada pela análise cuidadosa do contexto local e pela busca de estratégias que permitam o fortalecimento do partido e a conquista de vitórias nas eleições municipais para nós e nosso aliados programáticos. Nossa orientação nacional deve ser de que em 2024 devemos nos apresentar, com candidaturas próprias, para o povo brasileiro no máximo de cidades possíveis.

A busca pelo diálogo com diferentes setores da sociedade é um imperativo, mas ao reconstruir pontes não podemos perder de vista nosso “Sul”, a superação da exploração dos seres humanos e a construção de um sistema alternativo. Devemos reforçar nossa identidade e transformar nossa força eleitoral em força política organizativa que se reverta em vitórias em 2024, mas também na sustentação do nosso projeto político de transformação da sociedade.

As Eleições de 2024 são o marco da ruptura social com os dilemas impostos pela extrema-direita no Brasil. O povo brasileiro ao eleger Lula escolheu um projeto progressista em detrimento das pautas do conservadorismo e do fascismo. Nos municípios já vemos um ambiente propício ao debate sobre um futuro que inclua as trabalhadoras e trabalhadores no orçamento da União e no plano local. Os municípios brasileiros devem mais uma vez aglutinar o eleitor do nosso projeto nacional com as lideranças populares históricas. Por isso, as chapas petistas devem expressar a composição social latente nas lutas. Este é o momento de ampliarmos o número de prefeitas, prefeitos, vereadoras e vereadores do nosso Partido. E nossas chapas devem estar fortalecidas com candidaturas das juventudes, mulheres trabalhadoras das cidades e dos campos, militantes LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas e tantas outras identidades que reunimos nas lutas.

**Avante PT!**

**Palestina Livre! Cessar fogo já!**

Esse documento, dirigido a reunião do Diretório Nacional do PT como contribuição ao debate, é uma reprodução parcial do caderno de resoluções do 3º Encontro Nacional da Avante Vilson Oliveria. Em breve a íntegra do caderno será disponibilizado a todos os membros da direção nacional do PT.